



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Estudos Técnicos - ETP Nº 23 - TRE/PRESI/DG/SAOF/COAAD/SECOM

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**(art. 24 da IN nº 49/2020-MPOG)****CONTRATAÇÃO DE COBERTURA JORNALÍSTICA E FOTOJORNALÍSTICA****Processo SEI nº 0004362-28.2022.6.18.8000****01- INTRODUÇÃO**

1.1. Este Estudos Preliminares foi elaborado em atendimento às disposições contidas na Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, expedida pelo Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, alterada pela Instrução Normativa nº 49, de 30 de junho de 2020, expedida pelo Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

1.2. Os trabalhos aqui desenvolvidos visam subsidiar futuro procedimento licitatório, a ser processado por Pregão Eletrônico, para selecionar empresa visando à prestação de serviços de cobertura jornalística, fotojornalística e gestão de mídias digitais, para atuação no Tribunal Regional Eleitoral-PI, para um período de 12 meses (Ordinário), e para um período de 4 meses, (Extraordinário - Pleito Eleitoral de 2022).

2 – DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**2.1 – Justificativa da necessidade da contratação**

2.1.1. Esta Especializada não possui em sua estrutura organizacional cargo que tenha por função os fins almejados no sobredito objeto. Esta contratação do serviço de jornalista, funda-se na execução de atividades de apoio administrativo para os usuários internos e externos que não se inserem dentre as atribuições dos cargos de provimento efetivo do quadro de pessoal do TRE-PI, como faculta o art. 6º da Instrução Normativa n.º 02/2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2.1.2. É patente o aumento significativo da demanda de ações comunicacionais do TRE-PI, especialmente em anos eleitorais, aliado a este aspecto, de que o Serviço de Imprensa e Comunicação Social (IMCOS) não possui quadro de servidores suficientes para o atendimento de todas as demandas a contento.

2.1.3. A presente contratação adequa-se, portanto, à necessidade de bem executar serviços na área de comunicação e imprensa a cargo do TRE-PI, sobretudo quando à dinamicidade e ao imediatismo do acesso à informação resultado na nova dinâmica social trazida pelas novas tecnologias (mídias sociais) e atendendo as determinações oriundas do Tribunal Superior Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça.

2.1.4. A contratação do profissional de comunicação social, ora pretendida, faz-se indispensável, tendo em vista o cumprimento das atribuições do Setor de Imprensa e Comunicação Social do TRE-PI e às crescentes demandas informacionais da sociedade e principais clientes: eleitor, candidatos, partidos políticos, operadores do direito que se tornam mais exigentes em anos eleitorais.

3 – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**3.1 – Requisitos necessários ao atendimento da necessidade**

3.1.1. A empresa que vier a vencer o processo licitatório deverá realizar os serviços, prestando garantia, na forma prevista no termo de referência, responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles

praticados, responsabilizando-se, ainda, por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros, durante a prestação dos serviços à Contratada.

3.2 – Natureza do serviço a ser contratado e duração inicial do contrato

3.2.1. Importa registrar que o serviço a ser contratado corresponde ao valor total estimado de **R\$ 122.599,07 (cento e vinte e dois mil, quinhentos e noventa e nove reais e sete centavos)**, sendo **R\$ 86.210,50 (oitenta e seis mil, duzentos e dez reais e cinquenta centavos)**, para o item 01 (período de 12 meses), podendo ser prorrogado, com fulcro no art. 57 da Lei nº 8.666/1993, e **R\$ 36.388,57 (trinta e seis mil, trezentos e oitenta e oito reais e cinquenta e sete centavos)**, para o item 02 (período de 4 meses), improrrogável, conforme Planilha de Custos, doc. SEI nº 1495647.

4 – DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

4.1 – Método adotado para definir a estimativa da quantidade a ser contratada, com informações do contrato anterior e memória de cálculo e documentos que lhe dão suporte

4.1.1. A demanda estimada para esta contratação considerou a contratação dos exercícios anteriores da prestação de mesmo tipo de serviço.

4.1.2. A estimativa de quantidade está ligado diretamente às demandas recebidas pela IMCOS de todas as Unidades do TRE-PI, conforme Contrato TRE-PI Nº 31/2021, evento SEI nº 1312239, ou seja, a existência de um posto de serviço de jornalista deve ser mantida para 12 (doze) meses e Contrato TRE-PI Nº 27/2020, doc. SEI Nº 1023098, e ou seja, a existência de um posto de serviço de jornalista deve ser mantida para 4 (quatro) meses.

4.2 – Levantamento de Mercado e Justificativa da Escolha do tipo de solução a contratar

4.2.1. A necessidade de serviço de jornalista, importa que esse serviço seja prestado durante diversos momentos durante o dia e durante toda a semana. Assim, a presença desses profissionais se daria pelo período de 5 horas (art. 303 da CLT). Desse modo, essa contratação seria por posto de trabalho residente.

4.2.2. Assim, verifica-se que para prestação de serviços de mão de obra terceirizada, encontra-se disponível no mercado diversas empresas aptas.

4.2.3. Optou-se pela realização de novo procedimento licitatório, um vez que a atual contratada vem descumprindo as obrigações contratuais assumidas no Contrato TRE-PI Nº 31/2021, evento SEI nº 1312239.

5 – ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

5.1 – Estimativa de preços e meios de previsão de preços referenciais

5.1.1. O preço de referência é determinado através de uma planilha de formação de preço, observando-se:

- a) Convenção Coletiva de Trabalho – Asseio e Conservação PI nº 11/2022 inserta no documento SEI nº 1471103, que estabeleceu o piso salarial e outras vantagens (auxílio alimentação, plano de saúde, auxílio transporte, etc.);
- b) 13º salário, férias, adicional de férias, etc.;
- c) Leis que estabelecem os encargos sociais (INSS, FGTS, etc.);
- d) Remuneração da empresa contratada (taxa de administração e taxa de lucro);
- e) Impostos incidentes (ISS, PIS e COFINS).

5.1.2. Com esses dados, os custos são estimados e estabelecidos como máximo aceitável no processo licitatório. Essa forma possibilita a participação de diversas empresas permitindo a mais ampla concorrência.

5.1.3. O custo total estimado da contratação é **R\$ 122.599,07 (cento e vinte e dois mil, quinhentos e noventa e nove reais e sete centavos)**, incluindo a previsão de horas extraordinárias, diárias, plano de saúde.

5.1.4. Para o balizamento do preço estimado da contratação, foram consideradas as orientações contidas na Resolução do TSE N.º 23.234, de 25 de março de 2010, o Acórdão N.º 1.214, de 22 de maio de 2013, na Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, expedida pelo Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento,

Desenvolvimento e Gestão, alterada pela Instrução Normativa nº 49, de 30 de junho de 2020, expedida pelo Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. Quanto à pesquisa junto aos fornecedores, IN nº 05/2017 e IN 49/2020 foi dispensada em parte, pois os custos são definidos pela CCT da categoria, nº 11/2022; Decreto Municipal relativo ao custo da passagem urbana e pesquisa junto ao mercado local para seguro e plano de saúde.

5.2 – Memórias de cálculo da estimativa de preços ou dos preços referenciais e os documentos que lhe dão suporte - item 01 (12 meses):

5.2.1. O preço estimado da contratação para o item 01 é o apresentado na planilha abaixo (**doc. SEI Nº 1495647**):

- **Preço estimado da contratação por 12 (doze) meses R\$: 86.210,50**
- **Custo da mão de obra da contratação R\$: 73.784,64**
- **Estimativa de gastos com plano de saúde R\$: 948,26**
- **Estimativa de gastos com horas extras R\$: 11.477,60**

5.3 - Memórias de cálculo da estimativa de preços ou dos preços referenciais e os documentos que lhe dão suporte - item 02 (4 meses)

5.3.1. O preço estimado da contratação para o item 02 é o apresentado na planilha abaixo (**doc. SEI Nº 1495647**):

- **Preço estimado da contratação por 4 (quatro) meses R\$: 36.388,57**
- **Custo da mão de obra da contratação R\$: 24.594,88**
- **Estimativa de gastos com plano de saúde R\$: 316,09**
- **Estimativa de gastos com horas extras R\$: 11.477,60**

6 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1 – Elementos que devem ser produzidos, contratados e executados

6.1.1. Conclui-se que a solução para a necessidade apresentada nesse estudo será a contratação de empresa especializada em execução de serviço de cobertura jornalística e fotojornalística:

- a) Produção de texto e Registro Fotográfico para divulgação em mídias sociais, site da instituição (intranet e internet) e veículos de imprensa;
- b) Gerenciar comunicação interna na Intranet;
- c) Organizar arquivos de textos e de imagens;
- d) Coleta de dados, elaboração de roteiros e realização de entrevistas;
- e) Realizar a cobertura de Sessões Plenárias da Corte Eleitoral, de reuniões e eventos realizados pelo TRE-PI;
- f) Gestão de mídias sociais.

7 – JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

7.1 – Inviabilidade de divisão da solução a ser contratada

7.1.1. Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

7.1.2. Na presente demanda, não é vislumbrado, no momento, motivações para a adoção do parcelamento do objeto, visto que por se tratar de contratação de mão de obra especializada de uma única categoria.

7.1.3. O foco principal da contratação pretendida é um só: **serviço de cobertura jornalística, fotojornalística e gestão de mídias digitais, para um período de 12 meses - item 01 e para 4 meses - item 02.**

8 – RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

8.1 – Benefícios diretos e indiretos que se espera com a contratação

8.1.1. Os benefícios diretos e indiretos com o advento da nova contratação serão tanto em termos de economicidade, eficácia, eficiência, impactos ambientais positivos, garantindo-se melhoria na qualidade dos serviços.

8.1.2. Atendimento da demanda de serviço de contratação de empresa para prestação de **serviço de cobertura jornalística, fotojornalística e gestão de mídias digitais**.

9 – PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

9.1 – Cronograma com as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores

9.1.1. Para que a contratação pretendida tenha sucesso, não será preciso implantar qualquer modificação no trâmite processual, e nem mudanças em ambiente físico já existente.

9.2 – Capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado

9.2.1. Aos servidores integrantes do **Núcleo de Fiscalização Financeira e Gestão de Contratos - NFFGC**, instituído através da Portaria Presidência Nº 222/2021 TRE/PRESI/DG/SAOF/COAAD/SECOM, de 14 de abril de 2021, evento SEI 1227477, caberão o acompanhamento da execução contratual, conjuntamente com os Ficiais Técnicos lotados na unidade demandante (IMCOS).

10 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1 – Necessidade de outras contratações no escopo do projeto geral

10.1.1. No escopo do projeto como um todo, não se faz necessário proceder a outras contratações com empresas diversas para se atingir o fim almejado.

11- CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

11.1. Os empregados da empresa contratada deverão seguir as práticas de sustentabilidade do TRE-PI, principalmente nos cuidados com reciclagem, separação de resíduos e economia de água/energia por meio de acompanhamento contínuo deste órgão.

12. MAPA DE RISCOS

12.1. Apresentado no doc. SEI Nº 1471276.

13 - DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1 – Viabilidade da contratação

13.1.1. Considerando todo o exposto, há de se reconhecer que a contratação pretendida é perfeitamente viável e necessária, bem como está contemplada na Proposta Orçamentária 2022 - Ordinária e Extraordinária.

13.1.2. Assim, concluímos pela **VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO PRETENDIDA**.

Teresina -PI, 18 de março de 2022.

Equipe da Contratação:

JOZIELE COIMBRA BORGES DE ANDRADE
CHEFE DA SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES

DONARDO BORGES DO NASCIMENTO MELO E SILVA
SERVIÇO DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL- IMCOS

DEIMYSON ALCANTARA FRANÇA
SERVIÇO DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL- IMCOS

Em 18 de março de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Donardo Borges do Nascimento Melo e Silva, Analista Judiciário**, em 19/04/2022, às 09:02, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Deimyson Alcantara Franca, Técnico Judiciário**, em 19/04/2022, às 12:18, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Joziele Coimbra Borges de Andrade, Chefe de Seção**, em 19/04/2022, às 12:20, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1471014** e o código CRC **63B7ACB5**.